

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.072 - RS (2019/0128691-3)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : CARMEM LUIZA DIAS
ADVOGADOS : PEDRO MAURÍCIO PITA DA SILVA MACHADO - RS024372
LUCIANO CARVALHO DA CUNHA - RS036327
BRENDALI TABILE FURLAN - RS061812
LÉON HENRIQUE BERLATTO FÃO FISCHER - RS092518
STÈPHANIE SCHUH ASSMANN - RS095061
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA ENTRE A DATA DA EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO OU DA REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV) ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. TEMA 1.037/STF. SOBRESTAMENTO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da aplicabilidade, ao caso, do entendimento assentado na Súmula Vinculante 17 do STF.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 32):

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SALDO REMANESCENTE. JUROS DE MORA. PERÍODO ENTRE A EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO E A DATA DO DEPÓSITO. DESCABIMENTO.

O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que é incabível a incidência de juros de mora durante o prazo previsto na Constituição Federal para o pagamento do precatório.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial, o recorrente alega violação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, na redação da Lei nº 11.960/2009, ao argumento de que "ao determinar que os juros fiquem limitados à expedição do requisitório, excluindo sua incidência no período que vai da expedição ao pagamento, a decisão recorrida vulnera a literalidade do dispositivo em questão, que assegura a incidência de juros 'até o efetivo pagamento'" (fl. 62).

Com contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

A questão jurídica tratada nos autos - **Incidência de juros da mora no período compreendido entre a data da expedição do precatório ou da requisição de pequeno valor (RPV) e o efetivo pagamento** - teve sua repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do **RE 1.169.289/SC**, Rel. Min. Marco Aurélio, em

Superior Tribunal de Justiça

15/03/2019 - Tema 1037.

Consoante a jurisprudência desta Corte, o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional, nos termos do art. 543-B do CPC/1973 (art. 1.036 do CPC/2015), justifica o sobrestamento, pela instância ordinária, dos recursos especiais, que tragam em seu bojo a mesma questão jurídica a ser definida pelo STF.

Assim, cuidando-se de recurso que versa sobre tema que teve repercussão geral reconhecida, posterior decisão da Suprema Corte poderá afetar o seu julgamento, sendo conveniente o sobrestamento deste recurso, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, com a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que seja oportunamente realizado o juízo de conformação ou seja mantido o acórdão recorrido ao que vier a ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal, situação que representa o exaurimento da instância ordinária.

Nesse sentido: REsp 1.486.671/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2014; AgRg no REsp 1.467.551/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 9/9/2014.

Ante o exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*** para que o exame do recurso especial ocorra somente após o pronunciamento definitivo do STF em sede de repercussão geral, quando então será exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso extraordinário, nos termos do art. 1.040 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator